



Está na hora de libertar a educação das amarras do Estado e tudo fazer para fazer mais, com menos

A oportunidade de decidir pela liberdade de educação

Como tem sido usual nos últimos anos, o Ministério da Educação divulgou os resultados dos exames nacionais do ensino básico e secundário e os órgãos de comunicação social, com base nesses dados, elaboraram os já famosos *rankings* das escolas. Mais uma vez, no topo da lista surgiram estabelecimentos de ensino privado como as escolas com melhores resultados nos exames, o que é bem diferente de serem as melhores escolas. Todos sabemos que uma análise puramente estatística, em matéria educativa, deixa de fora aquilo que verdadeiramente faz de uma escola uma escola de sucesso. Hoje, a missão das escolas é formar homens e mulheres capazes de intervir positivamente no mundo para o tornarem melhor. E uma boa preparação académica, de que os exames serão testemunhas numéricas, só servirá este desígnio se contribuir para este fim.

Como também vai sendo habitual, a publicação destes *rankings* relança a questão de em Portugal existir um sistema de ensino para os ricos e outro para os pobres, e de como os primeiros têm sempre boas notas porque andam em boas escolas (privadas e com outros meninos ricos), e os segundos terem maus resultados porque as suas escolas (públicas e frequentadas por outros meninos pobres) são más.

Esta visão, que é profundamente errada e pretende simplificar uma questão que é complexa, possui, contudo, uma virtude, que é a de poder iniciar um debate

sério e esclarecedor sobre a Liberdade de Educação e de Escolha da Escola. Uma discussão que se pretende séria e abrangente sobre o tema, retirando-a dos circuitos fechados por onde tem andado para o espaço público do debate e da informação.

Portugal, hoje confrontado com uma crise financeira e económica – com impactos profundos ao nível do emprego, da precariedade social, da estabilidade das famílias e de outras dimensões da nossa vida – precisa de adoptar políticas públicas consentâneas com o plano de austeridade em vigor.

Os programas eleitorais dos partidos que compõem a actual coligação governamental são claros a este respeito: o CDS/PP fez deste tema uma bandeira de campanha, assumindo-se como um “firme defensor da liberdade de ensino” e da proposta de que “o financiamento público da educação deverá colocar sempre todos os alunos em igualdade de condições, sem discriminar os alunos das escolas públicas e os das associativas, porque eles são cidadãos iguais em direitos e têm a liberdade constitucional de escolher a escola, sem por isso poderem ser penalizados”.

Na mesma linha, o PPD/PSD comprometeu-se a “desenvolver iniciativas de liberdade de escolha às famílias em relação à oferta disponível, independentemente da natureza pública ou privada do estabelecimento de ensino”. Esses compromissos políticos, partilhados por ambos os partidos, encontraram uma fórmula final no programa

**João
Muñoz**

de Governo, em que o Executivo se compromete a “desenvolver progressivamente iniciativas de liberdade de escolha para as famílias em relação à oferta disponível, considerando os estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo”.

Passados cento e poucos dias do início em funções do actual Governo – e comprovada a vontade programática e ideológica em concretizar o que a Constituição garante e que sucessivos governos têm vindo a adiar (e nenhum contrariou tanto esse objectivo quanto o anterior governo do Partido Socialista) – está na hora de libertar a educação das amarras do Estado e tudo fazer para fazer mais, com menos, satisfazendo as necessidades das famílias e contribuindo para que o país dê um salto qualitativo e possa criar uma geração mais capaz e mais preparada.

E que fique claro que a opção pela liberdade de educação não significa criar mais despesa para o erário público, pois está internacionalmente provado que a efectivação da liberdade de escolha da escola pode contribuir para melhorar francamente o nível educativo das nossas crianças e jovens com custos muito menores do que os actuais, e que também nunca será para que uns ganhem mais, mas antes para que todos – sobretudo os mais pobres – possam exercer o seu direito de escolher a escola que melhor serve as necessidades dos seus filhos.

Não deixemos perder esta oportunidade! *Vice-presidente da AEEP e membro do Conselho Nacional da Educação*